

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA GAFANHA DA NAZARÉ

ATA Nº 2 – Mandato 2021-2025

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia de Freguesia da Gafanha da Nazaré, nos termos do disposto no Art.º 11º/1 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, após convocatória, entregue individualmente e por Editais afixados nos locais públicos da Freguesia, em que se anuncia o dia, hora e local da sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**Ponto 1** – *Apreciação e votação ao Regimento da Assembleia de Freguesia da Gafanha da Nazaré para o quadriénio 2021/2025;*-----

**Ponto 2** – *Informação do Presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade da Junta no período de 20 de outubro a 7 de dezembro de 2021;*-----

**Ponto 3** – *Apreciação, discussão e votação da proposta do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento para o ano 2022;*-----

**Ponto 4** – *Apreciação, discussão e votação do Quadro de Pessoal da Junta de Freguesia para o ano 2022;*-----

**Ponto 5** – *Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia e autorização genérica no âmbito da Lei dos compromissos para o ano 2022;*-----

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Nuno Miguel Loureiro Teixeira, pela primeira secretária Joana Raquel Rodrigues Pontes e José Bola Margaça em substituição da segunda-secretária Vanessa Marisa da Rocha Vieira, que justificou a sua falta.-

**PELO EXECUTIVO ESTIVERAM PRESENTES:** O Presidente da Junta de Freguesia, Carlos António das Neves Rocha, o Secretário, José António Falcão Ribeiro Arvins, a Tesoureira, Ana Paula Fernandes da Rocha Cunha Costa, o Vogal, Manuel António Cesário Trovisco e a Vogal Ana Carla Pereira Cruz.-----

Estiveram presentes os seguintes Membros: Pela Bancada do PSD, Paulo Agostinho Marinho da Igreja Miranda, Maria Manuela Ançã Castro e Maria João Magueta Figueiredo Eugénio em substituição de Carlos Miguel Teixeira da Rocha Oliveira, que justificou a sua falta.-----

Pela Bancada do PS, Paulo Jorge Ribeiro Pinto, Maciel Filipe Jesus Julião, em substituição de Ana Margarida Santos Bastos, que justificou a sua falta e Carla Sofia Vilarinho Tomásio-----

Pela Bancada do UPF, Nuno Miguel da Silva Fidalgo Cravo, Paulo Jorge Gonçalves Miranda Clemente e Ana Filipa das Neves Martins de Sousa.-----

Pela Bancada do CHEGA, Sérgio Manuel Sarabando de Jesus.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia cumprimentou todos os presentes, dando início à Sessão  
**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do pai de Ana Bastos, proposto pela bancada do PS. Informou que as Assembleias de Freguesia são gravadas em áudio e lembrou que independentemente do Partido que representamos, estamos todos a exercer funções pelo bem comum da Freguesia da Gafanha da Nazaré e que os trabalhos se iniciam após o toque das badaladas das 21.00h, do sino da Igreja Matriz.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros das bancadas nela presente, no sentido de darem início às intervenções. Inscreveram-se pela bancada do UPF, o membro Nuno Cravo. Pela bancada do PS, inscreveram-se os membros Paulo Pinto, Carla Tomásio e Maciel Julião. Pela Bancada do PSD inscreveu-se, o membro Maria João Eugénio.-----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS AUTARQUICOS:**-----

**NUNO CRAVO:** Como sugestões apresentou em primeiro lugar e, dirigindo-se ao Presidente da Mesa da Assembleia que de acordo com o Regimento, se verificasse a possibilidade da realização de uma das reuniões ordinárias ser levada a efeito no lugar da Praia da Barra. Como segunda sugestão e dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia, destacou a necessidade de sinalização vertical nas vias de sentido único, com exceção aos velocípedes, colocando um sinal de STOP, para os ciclistas que circulam nessas vias terem de parar quando chegarem ao fim

da mesma. -----

**PAULO PINTO:** Apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. António Bastos, militante de longa data do PS, destacando marcos importantes do seu percurso de vida pessoal e político. Apresentou um Voto de Louvor à Judoca Constança Faneca Alves, destacando algumas das suas conquistas e valorizando o facto de ser uma atleta que tem promovido a Freguesia da Gafanha da Nazaré. Ambos os Votos foram subscritos pelas bancadas presentes e ficam anexos a esta Ata. Questionou se alguma vez foi efetuada uma auditoria às contas da Junta de Freguesia. Apresentou a sua preocupação com a Rua Sacadura Cabral, mais precisamente na primeira viela esquerda, que tem problemas de drenagem das águas pluviais, levando a que as pessoas tenham por vezes de usar galochas para aceder às suas habitações, questionando o que poderá a Junta de Freguesia fazer relativamente ao assunto em questão. Destacou também a situação na terceira viela esquerda da Rua Sacadura Cabral, em frente à “casa dos [REDACTED]”, que tem um caminho de terra batida com cinco residências que não possuem saneamento, tornando quase impossível o acesso às habitações sem molhar os pés, alertando também para o facto de ser um caminho de terra batida, com muitos buracos e necessidade de alcatrão. -----

**CARLA TOMÁSIO:** Questionou a quem nos devemos dirigir para sinalizar os carros que estão abandonados pela Freguesia, alertando para o facto de se poderem tornar potenciais locais, para pernoita de sem abrigos, ou serem utilizados para o tráfico de droga. Destacou que os semáforos da Rua Nossa Senhora da Nazaré estão sem funcionar e muitas vezes quem circula nessa via passa sem respeitar o STOP, o que pode colocar em perigo quem circula na Rua João XXIII. Solicitou se possível, uma intervenção rápida. Apresentou a sua preocupação com o número de animais errantes. Realçou ainda o estado das vias no Bairro da Lata, perto da antiga Boite “O Lago”, que para além de serem estreitas, o que quase não permite a circulação de uma ambulância, têm pouca iluminação, estão degradadas, sem rede de saneamento e com descargas quase a céu aberto. Por tudo o exposto, defendeu a necessidade de ser feito algo, pelos moradores daquela zona, que afirmam existirem Gafanhões de primeira, do lado de cá da A25 e Gafanhões de segunda, do lado de lá da A25. -----

**MACIEL JULIÃO:** Questionou se é conhecido, pelo Sr. Presidente e seu Executivo, o número de casos COVID na Gafanha da Nazaré, bem como, que surtos se verificaram nas nossas escolas e que tipo de apoio é prestado por parte da Junta de Freguesia. -----

**MARIA JOÃO:** Sobre o nó da A25, junto ao Intermarché, deu destaque à falta de iluminação na rotunda, do lado da Gafanha da Encarnação, bem como ao estreitamento das vias e a falta de condições para circularem, por exemplo, dois camiões com cargas pesadas, alertando também para os perigos associados à pouca visibilidade e ao facto de ser uma via utilizada por bicicletas e crianças que se deslocam para a escola. Sugeriu a iluminação dos passadiços da Praia da Barra, por segurança de quem por lá circula durante a noite e alertou para o excesso de velocidade a que se circula na Avenida José Estevão propondo, por exemplo, a colocação de radares ou de lombas com o intuito de reduzir a velocidade a que se circula e conseqüentemente o risco de acidente. -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Após cumprimentar os presentes, valorizou a presença de público destacando a importância desta participação e desejando que esta presença seja para continuar. Reforçou o Voto de Pesar apresentado pelo falecimento de António Bastos. -----

Sobre a deslocação das Assembleias deu conhecimento de já se terem efetuado algumas sessões. Alertou para algumas limitações inerentes a esta deslocação, quer materiais, quer humanas. Relembrou a Assembleia realizada, por exemplo, na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, assumindo poder dar cabimento à sugestão de realizar uma sessão na Praia da Barra. Salientou que, duas vezes por semana a Praia da Barra tem atendimento da Junta de Freguesia, o que tem permitido trabalhar na proximidade com estes cidadãos. -----

Relativamente à sinalização vertical, destacou ser um problema antigo, que tem tido o cuidado de o levar às Comissões de Trânsito e à Câmara Municipal, partilhando algumas das suas preocupações como por exemplo, a falta do sinal STOP no fim de cada via, a falta de uma faixa que, pelo menos a tracejado delimite o espaço das bicicletas. Defendendo não ser do seu ponto



de vista, esta a melhor solução (exceto velocípedes), atendendo à velocidade que alguns velocípedes conseguem alcançar, exemplificou que a perigosidade de uma viatura que entra numa via de sentido único, poder fazê-lo pela esquerda, deparando-se eventualmente com um velocípede na sua faixa de rodagem. Apresentou disponibilidade para trabalhar com a Câmara Municipal nesta área, no entanto, reforçou que a sinalização não é uma responsabilidade da Junta de Freguesia, competindo-lhe apenas alertar para as mesmas. -----

Abordando as contas da Junta de Freguesia, informou que estas são auditadas todos os anos pelas autoridades competentes, nomeadamente o Tribunal de Contas e a DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais), que intervêm quando necessário. Se, até hoje não se fez nenhuma intervenção na Junta de Freguesia, é sinal de que tudo está em conformidade, uma vez que a Junta de Freguesia cumpre com todos os requisitos exigidos, disponibilizando toda a documentação de suporte. -----

Relativamente a Viela da Sacadura Cabral e desconhecendo o problema citado, apresentou disponibilidade para avaliar a situação. Alertou, no entanto, para as limitações que estas questões das águas pluviais por vezes encontram, levando a que nem todas possam ser resolvidas, como acontece com os casos em que não há desníveis ou cotas compatíveis com a execução dos trabalhos. Por vezes, para se realizarem, é necessário recorrer a bombagens e estações elevatórias. Estes trabalhos não são da responsabilidade da Junta de Freguesia. Destacou que os projetos das pluviais e residuais, em escala são feitos pela Câmara Municipal de Ílhavo, como aconteceu na obra do saneamento, pelo que só após visitar o local e conhecer a realidade poderá saber se pode ser resolvido com intervenção da Junta de Freguesia ou não. Reportando-se ao caminho em frente à casa dos "██████", provavelmente não é o único beco/viela sem saneamento, existem vários, informando que o próprio Presidente da Junta de Freguesia, denunciou estas casos, aquando do decurso da obra de saneamento. Algumas foram feitas, outras não e outras têm vindo a ser executadas desde que a obra de saneamento terminou em 2015. Continuamos a sinalizar estes casos que ainda não estão regularizados, bem como, a pugnar para que isso aconteça. Deu conhecimento que ainda este ano foram concluídos três becos, dos vinte propostos pela Junta de Freguesia para intervenção, que não estavam cadastrados, e que se tem vindo a executar paulatinamente, mesmo não sendo uma intervenção da competência da Junta de Freguesia nem da Câmara Municipal, temos conseguido pressionar a responsável ADRA, para que a sua execução chegue a bom porto. Esclareceu que nas situações levadas a cabo pela Junta de Freguesia, nunca é aplicado alcatrão, dado que nós não trabalhamos com alcatrão a quente. Neste sentido, esclareceu também que, se for um beco/viela sem infraestruturas, a Câmara Municipal não colocará asfalto antes de intervenção nas residuais e pluviais, para que depois não tenha que gastar dinheiro duas vezes nesse processo. -----

---No que respeita ao tema das viaturas abandonadas no espaço público, lembrou que as mesmas também são uma preocupação deste Executivo, destacando algumas das razões de nada se fazer. Deu como exemplo os carros que estão arrestados pelo tribunal, que não podem ser movidos, assim como os que estão em terrenos privados. Quando se conseguem identificar os proprietários e se fala com eles sobre a situação, por vezes conseguem-se retirar alguns, que são, no entanto, uma minoria. Reforçou que, efetivamente existem várias situações destas tanto nas vias, como nos terrenos e nos próprios parques de estacionamento, estando estas devidamente sinalizadas e tratadas pela GNR, valorizando o trabalho realizado pelas autoridades da Freguesia. -----

Relativamente aos semáforos da Rua Nossa Senhora da Nazaré, informou que os mesmos estão avariados, tendo já comunicada a situação à Câmara Municipal. Existem várias intervenções na sinalização luminosa vertical que tem de ser a própria empresa que assegura esses serviços para a Autarquia a vir executá-los. Por vezes a resolução destes problemas, não se conseguem no imediato. Destacou a existência de sinalização vertical não luminosa e que devem ser cumpridas as regras do código da estrada, salientando a responsabilidade de cada um de nós enquanto cidadãos. -----

Não concordando com a ideia de que para lá da A25 nada se faz, alertou para o muito trabalho que tem vindo a ser feito nessa zona.



Reconhece o problema do desordenamento habitacional existente, mas não é a Junta de Freguesia, que licencia as construções, nem fiscaliza a evolução das mesmas. Dever-se-ão questionar também os moradores das condições que os próprios ajudaram a criar, para a situação ser a que se verifica no terreno. Destacou que a esmagadora maioria das casas que estão naqueles becos, onde, de facto não entra uma ambulância, onde, quando é para fazer Censos o recenseador tem medo de entrar, onde, quando é para ir fazer a inquirição de uma pessoa, que precisa de responder a um requisito da GNR ou outra situação, dá medo lá entrar. Esclareceu que praticamente tudo o que lá está é ilegal. A solução mais fácil para a Câmara Municipal seria eventualmente, demolir tudo, mas não é isso que se pode fazer, para salvaguarda de quem lá habita, apesar das péssimas condições ambientais e visuais. Relativamente aos animais errantes, deu conhecimento de existir uma só casa com 27 animais acolhidos, sendo o caso do conhecimento da GNR, ao qual já está a ser dado acompanhamento, estando a ser feito um trabalho com o canil municipal, para a esterilização dos animais. Demonstrou disponibilidade para acolher sugestões que possam solucionar ou minimizar o impacto deste problema. -----

Relativamente às situações COVID, deu conhecimento de não poder dar uma resposta concreta uma vez que, antigamente eram disponibilizados dados à semana ou de 15 em 15 dias, o que agora não acontece, uma vez que foi do entendimento da Sra. Delegada de Saúde, a não disponibilização dos dados por Freguesia mas sim apenas por Concelho. Destacou que teve o cuidado de solicitar os dados, quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer à Sra. Delegada de Saúde, porém apenas teve informação verbal da existência de 204 casos ativos no Município há quinze dias. Por sua vez, o relatório enviado pelo Sr. Presidente da Câmara de Ílhavo, na passada segunda-feira, indica a existência de apenas 95 casos, que salientou lhe parecer ser um número muito baixo. No caso das escolas, deu conhecimento de alguns dados do mesmo relatório, nomeadamente na EB da Gafanha da Nazaré, de 2 casos e com 26 alunos do 6º ano em isolamento, na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, 2 casos no 8º ano, na Escola Básica Santa Maria Manuela, um caso, foco familiar com vários irmãos, que não têm vacinação por opção e uma assistente técnica positiva. Na EB da Marinha Velha um caso positivo e um aluno em isolamento, um professor positivo, foco familiar. Não possuindo mais números sobre a situação da Gafanha da Nazaré referiu que não confia nestes números em pleno. -----

Sobre a falta de luz no nó da A25, deu conhecimento ser responsabilidade da ASCENDI. Destacou ainda que, antes da presente Assembleia de Freguesia, verificou que, na zona da Praia da Barra existia um conjunto de luminárias apagadas, facto do qual deu de imediato conhecimento aos serviços competentes da Câmara de Ílhavo, para que estes pudessem resolver a situação com quem de direito. Relativamente ao estreitamento das vias, destacou que está assim desde que foi feito, acreditando que na altura da sua construção, o mesmo reuniria condições para as necessidades exigidas, admitindo que, hoje, com o aumento do tráfego e do volume de camiões para a zona Industrial da Mota, isso não aconteça, no entanto, não acredita que a ASCENDI faça algum tipo de intervenção. -----

Sobre a iluminação dos passadiços na Praia da Barra referiu parecer-lhe uma utopia, uma vez que provavelmente nunca foi pensado pela Câmara Municipal de Ílhavo. Salientou, que do seu ponto de vista, existem zonas que justificariam a colocação de iluminação, como por exemplo a Rua da Seca. Pelo movimento que nos dias de hoje apresenta, justificaria claramente a colocação de iluminação, reconhecendo também que este tipo de intervenção poderá ser um investimento muito elevado. Reconhece que zonas melhores iluminadas, poderiam minimizar o risco de vandalismo associado a estes espaços mais escondidos, dando como exemplo os cinzeiros que foram colocados nos passadiços e que a maioria foram roubados, ou da zona da A25 que está sem iluminação, entre a Friopesca e a entrada de Aveiro, pelas vezes que foram roubados os cabos. -----

Sobre o excesso de velocidade na Avenida José Estevão, deu conhecimento do trabalho que se tentou fazer com o Executivo anterior, tal como com o atual Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo, solicitando a colocação de lombas. Neste caso reconheceu que as autoridades não estão tão presentes como deveriam, lamentando essa situação. Sobre a colocação das lombas a todo o momento, destacou que pode ser uma boa medida, porém pode também ser negativa,

dependendo de cada circunstância em específico. Alertou para o facto do problema da velocidade não ser apenas um problema da Avenida José Estevão, mas de todas as ruas da Freguesia da Gafanha da Nazaré e do país. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**SERGIO JESUS:** Destacou que o importante é trabalhar-se na sensibilização da comunidade, dos mais jovens, para o pleno exercício da cidadania, alertando para alguns entraves na existência de lombas, salientando o impacto destas, por exemplo, para a circulação de ambulâncias. -----

**CARLA TOMÁSIO:** Referindo-se à situação dos carros abandonados, apenas procurou saber o que pode cada um de nós fazer relativamente a este problema, desconhecendo os factos que foram apresentados. Relativamente ao Bairro da Lata, reforçou que existem casas que não devem ser ilegais, nomeadamente as casas de primeiro andar e boas. Chocada com a zona, apresentou o seu desconhecimento relativamente a esta zona da Gafanha da Nazaré e que foi com a visita em campanha política que teve contacto com toda esta zona envolvente e percebeu ser uma zona assustadora, que necessita de um trabalho de todos os partidos envolvidos na Assembleia para pensar em alguma estratégia ou solução pelo bem comum. -----

**PAULO PINTO:** Esclareceu que, quando falou em auditoria às contas da Assembleia de Freguesia, reportava-se a auditorias solicitadas pelas bancadas presentes na Assembleia, auditorias estas, realizadas por entidades externas, não se estando a referir a atos de fechos de contas. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Naturalmente que, referindo-se ao Bairro da Lata, deu destaque aos becos, por considerar ser a zona problemática, enumerando alguns dos trabalhos que têm vindo a ser feitos na envolvente dessa zona, como por exemplo o parque de estacionamento no cruzamento da Rua Nuno Gonçalves com a Travessa da Rua da Fonte, a colocação de um parque geriátrico nessa mesma zona, as redes de águas pluviais em algumas ruas, a limpeza permanente das bermas e manutenção das valas. Destacou, neste último caso, o elevado número de reclamações que se verificavam nesta zona e que atualmente deixaram de existir. Valorizou os investimentos que se tem feito nesta zona, reconhecendo, porém que, o que não é competência da Junta de Freguesia, não pode ser assumido pela Junta de Freguesia. -----

Sobre as lombas e as ambulâncias, afirmou não ter tocado no assunto para não alimentar mais discussão, porém, reconheceu o ponto de vista apresentado por Sérgio Jesus, desafiando os presentes a auscultar a opinião dos Bombeiros sobre a existência de lombas nas estradas, bem como as limitações de quando vão a tratar de alguém, com algum procedimento em curso, e a ambulância tem de abrandar ou travar em resposta a existência de uma lomba no percurso. Reforçou assim a sua opinião de que, as lombas podem solucionar algumas questões, porém, não são solução para outras. -----

Sobre as auditorias, reiterou a informação apresentada. O Tribunal de Contas é quem fiscaliza, referiu não ter conhecimento de pedidos destes, excetuando as que têm contabilidade organizada, como acontece com as Câmaras Municipais, que necessitam de ter auditores de contas externos e que para quem tem contabilidade com valores inferiores a cinco milhões de euros isso não é exigível. Reforçou o seu desconhecimento por situações em que sejam solicitadas, por alta recriação, auditorias externas quer pelo seu custo elevado como também pelo facto de existirem já as auditorias pelas entidades competentes. No caso da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, nunca houve, nunca foi pedido, nunca foi tratado nem solicitado pela Junta de Freguesia, sendo as únicas auditorias as que são tratadas pelo Tribunal de Contas. ---Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia, deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, e deu início à discussão do **Ponto 1 – Apreciação e votação ao Regimento da Assembleia de Freguesia da Gafanha da Nazaré para o quadriénio 2021/2025;**-----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA:** -----

O Presidente da Mesa da Assembleia deu destaque para as alterações efetuadas relativamente ao anterior Regimento, fruto do trabalho previamente realizado entre os líderes das bancadas



presentes. -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS AUTARQUICOS:** -----

**NUNO CRAVO:** Apresentou incongruência de datas, reportando-se ao artigo 37, nº 2, que refere que a reunião tem de ser marcada com cinco dias de antecedência, quando no mesmo artigo na alínea b) do nº7, refere que os assuntos a serem tratados na ordem do dia deverão ser enviados no mínimo com oito dias de antecedência. Ou seja, induz a que tenhamos de enviar os documentos antes de sabermos que temos uma reunião, destacando que a informação se reporta às reuniões extraordinárias. -----

**PAULO PINTO:** Destacou que relativamente aos dias, a exceção não se pode tornar regra, uma vez que vai contra o regimento. Apresentou também à discussão da Assembleia, para que seja aprovada a difusão das reuniões online, dando como exemplo a Freguesia de S. Salvador que vai investir na difusão online das reuniões, por exemplo nas redes sociais como o Facebook, alegando que seria uma forma de estar mais perto da comunidade e de colocar a mesma a falar sobre as matérias. -----

**PAULO MIRANDA:** Relativamente ao envio de documentos, apresentou a concordância por parte da Bancada do PSD, para estes serem enviados até quarenta e oito horas que antecedem a Assembleia, até mesmo para fazer cumprir o artigo 53º da Lei número 75/2013. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA:** -----

O Presidente da mesa da Assembleia, agradeceu a sugestão de Nuno Cravo, informando que vai ser retificado. -----

Abordando a difusão online, reconheceu que não temos de ir atrás dos outros, por sua vez, relativamente ao prazo de quarenta e oito horas valorizou o facto de ser informação decorrente da Lei, porém, não se quer ficar limitado e não será prática, existindo pessoas que já estão há mais tempo na presente Assembleia de Freguesia e sabem que os prazos foram sempre muito respeitados. -----

Propôs a ratificação das situações apresentadas por Nuno Cravo. -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Informou estar na Junta de Freguesia há 17 anos, reconhecendo que, em todo este tempo se cumpriu o envio de documentos com a convocatória, ou seja, com os oito dias de antecedência que a lei não impõe, uma vez que determina quarenta e oito horas, mas desde sempre foi habito, até porque se entende que os membros das bancadas da oposição devem ter tempo para tratar e analisar os documentos apresentados. Reiterou o esforço feito para que a documentação siga com a convocatória. Salvaguardou não se tratar de adulterar a regra, mas tornar a exceção à regra. Reconhecendo a possibilidade de haver um dia em que possa não correr bem, assumiu também o compromisso de se garantir sempre o cumprimento da lei. -----

Partilhou sobre a difusão das Assembleias online, que foi das coisas que mais polémica deu em termos de Regimento da Assembleia da Câmara Municipal dando exemplo de algumas limitações. Reconheceu que se existirem condições para o fazer, o poderá fazer, salvaguardando, porém, que sendo defensor da participação do público nas Assembleias, esta difusão irá afastar ainda mais o público deste espaço, reforçando a sua opinião com o exemplo da reunião pública de frequência mensal do Executivo, em que raramente aparece alguém. Sem se opor à circunstância, reiterou que não será por existir a difusão online que haverá mais participação de público nas Assembleias, destacando que o facto de ser online permitirá que as pessoas não se envolvam nem responsabilizem tanto durante o tempo que assistem à Assembleia, partilhando esse tempo com outras atividades simultâneas. Apresentando a disponibilidade para as circunstâncias que eventualmente sejam necessárias e que decorram da lei, destacou que a difusão por imagem decorre da Lei na condição do Covid-19, a difusão por som não, estando em vigor, pelo que destacou a prática de colocação da gravação da Assembleia de Freguesia na página da Junta de Freguesia, dois dias no máximo após ocorrência da Assembleia, acessível a todos os que queiram ouvir, reiterando a vontade e disponibilidade de cumprir o que a Lei determina. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a proposta do Regimento, sendo aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CHEGA e UPF e com abstenção do PS.-

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia, deu por encerrado o Ponto 1, e passou a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia para se dar início à discussão do **Ponto 2 – Informação do Presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade da Junta no período de 20 de outubro a 7 de dezembro de 2021;** -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Destacou que o documento apresentado foi elaborado com início a 20 de outubro, data em que se tomou posse, procurando-se de forma sucinta apresentar os trabalhos mais relevantes e fazendo algumas considerações. -----

Agradeceu à Assembleia a forma como decorreu o ato de tomada de posse, considerando que dignificou a Freguesia e os órgãos que nela trabalham, salientando o seu regozijo por ver o Salão Nobre cheio, lamentando que isso não aconteça nos dias de Assembleia de Freguesia. -----

De acordo com a obrigatoriedade da Lei, deu conta do Índice de Execução de receitas e despesas. Realçou ainda as previsões a cumprir e deu destaque ao que está já ultrapassado, em termos da receita e da despesa. -----

Valorizou as soluções económicas desenvolvidas pela Freguesia e deu destaque para o funcionário que vai sair dos quadros da Junta de Freguesia, lamentando a perda deste pelo facto do mesmo não poder beneficiar de um salário justo e adequado à função exercida. -----

Referenciou algumas representações da Junta de Freguesia e salientou a realização do jantar de Natal com os membros da Assembleia, e com os funcionários, dando garantia de que todas as regras inerentes à Covid-19 serão respeitadas. -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS AUTARQUICOS:** -----

**PAULO PINTO:** Reportando-se à campanha autárquica intensa realizada pelo PS, destacou a Rua Capitão Cancelinha referenciada no relatório, que o fez lembrar um momento em que uma senhora se agarrou a ele a chorar, enquanto pedia para se fazer alguma coisa por esta rua. Reconhecendo não ser competência da Junta de Freguesia colocar alcatrão nas ruas, solicitou que seja feita pressão junto do Presidente da Câmara, para que se resolvam estas situações e exista também um maior cuidado e investimento na Gafanha da Nazaré. -----

**CARLA TOMASIO:** Questionou o Executivo sobre a reabertura do mercado, informando que, após ter visitado o espaço se denota, aparentemente, a existência de menos comerciantes, procurando saber se existe alguma redução de comerciantes e qual a justificação. Reportando-se aos assuntos abordados na primeira reunião camarária, perguntou se ao ter essa reunião já se obteve algum feedback por parte do Presidente da Câmara Municipal relativamente a estes pontos. Questionou também por que razão deixamos de ter o apoio jurídico da Câmara. Sobre o Festival de Dança, agradeceu publicamente o facto de neste festival, parte da receita, ter revertido para aquisição de bens de higiene para a Cáritas, dando também conhecimento das dificuldades sentidas e do trabalho realizado. Sobre a reunião com o Agrupamento das Escolas da Gafanha da Nazaré, deu como sugestão que, em cada Assembleia, reportando-se aos alunos do ensino secundário, uma turma possa estar presente, ou alguns representantes dessas turmas. -----

**PAULO MIRANDA:** Sobre a reunião de trabalho na Câmara Municipal de Ílhavo, questionou como correu, a razão da falta de apoio jurídico por parte da Câmara Municipal, quais as conclusões alcançadas e o que se projeta para o futuro. Relativamente às obras na sede da Junta de Freguesia questionou o motivo das mesmas e a sua pertinência e necessidade. -----

**MANUELA CASTRO:** Questionou sobre a iluminação de Natal, reconhecendo que é triste ver a entrada da Praia da Barra conforme se encontra este ano, uma vez que sempre teve iluminação natalícia fantástica, e que este ano está completamente às escuras, não só pela falta de iluminação normal, como pela falta da dita iluminação natalícia. Valorizou o presépio junto à Igreja, reconhecendo o impacto positivo na comunidade. Fez notar que a rotunda do centenário também está apagada no que à iluminação de Natal diz respeito, sendo uma zona estratégica e de entrada na Gafanha da Nazaré. Parabenzou o cidadão Carlos Rocha pelo convite, para fazer parte do Concelho Geral do Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré, como representante da comunidade. -----

**MARIA JOÃO:** Questionou sobre a reunião entre o Presidente da Junta, o Agrupamento de

Escolas da Gafanha da Nazaré e a GNR, solicitando esclarecimentos do porquê da sua realização e que objetivos pretendeu atingir, pedindo informação sobre as conclusões dessa reunião. -----

**NUNO CRAVO:** Sobre o relatório de atividades congratulou o Presidente e o seu Executivo pelo detalhe e descrição do documento. Destacou a questão da COVID-19, valorizando o cuidado do Presidente da Junta de Freguesia, em tentar recolher informações, contrariando a pouca informação do relatório. Sobre a iluminação de Natal, reconheceu a importância desta, apresentando a sua tristeza pelo facto de a Câmara Municipal de Ílhavo não ter, segundo consta no relatório, colaborado na cedência da energia elétrica para a Iluminação de Nata deste ano, destacando que, ao que parece, a justificação para a não colaboração está relacionada com um parecer da E-REDES. Salientou a possibilidade de a situação que vinha a acontecer poder ser ilegal e que, se assim o for, por muito que se goste de ver as luzes, existem coisas que não podem passar para a população. Tratando-se de um órgão autárquico deverá ser o último a cometer uma ilegalidade. Apresentou o seu ponto de vista sobre a árvore de Natal do Cruzeiro, que está a ser alimentada por um particular, reforçando que lhe parece uma ilegalidade, dando o exemplo de o cidadão comum não poder passar energia de uma moradia para outra moradia. Lamentou o sentimento de falta de colaboração pelo que solicitou mais informações no sentido de minimizar mal-entendidos. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Considerando a repetição de algumas questões, solicitou a compreensão para não responder a cada participante, mas, nos pontos comuns, responder a todos. -----

Sobre a Rua Capitão Cancelinha, deu conhecimento de ter, em 2013, colocado a placa toponímia a indicar o nome da rua, tendo por objetivo forçar a Câmara Municipal a dar o tratamento adequado aquela rua como qualquer outra rua o merece. Reivindicando este tratamento à cerca de sete anos, quer o Presidente da Junta de Freguesia, quer os residentes que nela moram, a fazer pressão junto da Câmara Municipal, para que a rua fosse devidamente intervencionada, esta resolveu solicitar um parecer à CCDRC, devido à classificação da zona em que se insere. Em resposta à solicitação de parecer pela CMI, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, não permitiu o asfaltamento da rua, apresentando os condicionalismos que lhe estão associados. Deu conhecimento que a Câmara Municipal de Ílhavo tem esse documento em sua posse e, acredita que o mesmo possa ser disponibilizado aos cidadãos. Esclareceu também que após este parecer, o próprio Presidente da Junta de Freguesia se recusou a intervir nesta rua e passou a remeter todos os cidadãos da rua supracitada, para a Câmara Municipal de Ílhavo. Não obstante, destacou que a Junta de Freguesia fez tudo o que esteve ao seu alcance para melhorar as condições da rua, fazendo mesmo um esforço económico significativo para melhorar as condições com aplicação de tout-venant. -----

Esclareceu que, no nosso mercado existiram sempre duas vertentes de comerciantes, os que têm as bancas concessionadas e os que têm as bancas na condição de dia a dia. Salientou que, a pandemia levou a que alguns deles, depois de não poderem vender, quando o Mercado reabriu, continuaram a não vir vender. Apesar desta situação, a Junta de Freguesia tem atribuído lugares de dia-a-dia a novos comerciantes ou outros já lá vendedores e que solicitaram mais pontos de venda. A possibilidade de uma nova conceção para o mercado está a ser analisada e não se tem privilegiado a atribuição de bancas após o período de pandemia que se vive e a incerteza de se fechar novamente, razão pela qual se tem recusado a atribuição de bancas definitivas. Continuamos a ter um excelente mercado, com grande variedade de oferta e que continua a ser procurado por muitas pessoas da Freguesia e de fora dela. -----

Relativamente à reunião com a Câmara Municipal de Ílhavo, apresentou expectativas altas relativamente a este mandato para a Gafanha da Nazaré. Temos consciência das dificuldades em cumprir com tudo o que se apresentou, porém, valorizou a intenção de se chegar a um consenso que permita haver investimento e crescimento na Freguesia da Gafanha da Nazaré. Fez denotar uma preocupação grande com a situação do cemitério, por não ter verba no orçamento da Junta de Freguesia para investir neste espaço. Espera uma boa colaboração da Câmara Municipal. -----



Esclareceu não haver nenhuma ilegalidade na ligação para a árvore de Natal do cruzeiro, informando que todas as ligações foram feitas em consonância, como devem ser, com quadros a acompanhar, com sistemas de segurança tratados e com as luzes a serem pagas ao erário publico e á EDP. Não ocorre, por isso, nenhuma ilegalidade, como acredita que anteriormente também não acontecia. Destacou não faltar à verdade do que lhe foi comunicado, apresentando disponibilidade para mostrar o mail de resposta da Câmara Municipal de Ílhavo, não acreditando que esta Câmara esteja preparada para cometer ilegalidades, da mesma forma que não acredita que a Câmara anterior o tenha feito, pelo que não teve problemas em transmitir a realidade dos factos no relatório apresentado. -----

Relativamente ao apoio jurídico, considerando as dificuldades apresentadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, como por exemplo não ter juristas, não será possível disponibilizar esse apoio, bem como não poderá disponibilizar apoio para a contratação publica de recursos humanos. -----

Quanto à reunião na Escola Secundária, lembrou que a primeira Assembleia realizada fora da Junta de Freguesia aconteceu precisamente na Escola Secundária, durante uma tarde, que teve muita participação dos alunos, mas só durante o tempo letivo em que estavam obrigados a estar presentes. Depois da hora de saída foram embora e continuaram apenas os elementos da Assembleia de Freguesia a dar continuidade aos trabalhos. Reconheceu, no entanto, a importância destas ações, nem que seja apenas pelas questões de cidadania, destacando a falta de noção destes jovens, mas também de algumas pessoas de idade mais avançada, sobre o que é preciso fazer numa Junta de Freguesia. Deu nota que, a reunião realizada com a escola e a GNR, foi promovida pela Junta de Freguesia, a pedido da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré, atendendo a uns quiproquós com um conjunto de alunos externos à escola que estavam a criar na envolvência da mesma uma ambiência menos apropriada, que estava a entrar dentro da escola, pelo que a pedido da Drª Eugénia, a Junta de Freguesia facilitou esses contactos, no sentido de acelerar o processo, para que as coisas pudessem retomar a sua normalidade. Esta reunião deu frutos, estamos a aguardar uma decisão da Câmara, porque, uma das coisas pedidas foi a criação de um espaço de estacionamento específico para a GNR, mesmo em frente à escola, permitindo um policiamento de maior proximidade, não obstante o trabalho que a GNR já tem vindo a fazer junto das escolas. -----

Relativamente à COVID-19 considera que não deveria ser necessário o primeiro responsável da proteção civil na Freguesia andar a mendigar por informação, considerando que este deveria inclusivamente fazer parte integrante da comissão de acompanhamento permanente destas equipas. Lamentou neste âmbito, a falta de respostas por parte da Delegada de Saúde, dando conhecimento do pedido que fez para saber da realização do Cortejo de Reis, há mais de um mês, continuando sem resposta, enaltecendo o bom-senso da igreja ao cancelar o cortejo. ---- Deu nota de que se poderia poupar o investimento feito na iluminação de Natal na Freguesia, mas percebendo-se o pouco investimento feito na Freguesia pela Câmara Municipal, reconhece que é importante a Junta de Freguesia fazer este investimento. -----

Sobre as obras na Junta, deu conhecimento das alterações, como as mudanças no atendimento de forma a centralizar o mesmo, a continuidade na realização de formações, a colaboração com o Agrupamento de Escolas, a vontade de disponibilizar o serviço do Espaço Cidadão permanentemente e não apenas um dia por semana, esclarecendo que estes trabalhos são necessários para um melhor desempenho da Junta de Freguesia. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**CARLA TOMÁSIO:** Questionou como é feita a redução de vendedores no mercado em caso de confinamento. -----

**NUNO CRAVO:** Reforçou que não teve intenção de defender ninguém, tratando-se apenas de uma posição que tomou aquando da análise do relatório e que procurou esclarecer as suas dúvidas junto do Executivo da Câmara Municipal. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Disse não duvidar da palavra de ninguém e reiterou que apenas foi transcrito o e-mail, demonstrando que não teve conhecimento de ter sido dada resposta. -----



Sobre os pontos de venda, esclareceu não existirem 140 vendedores, mas antes 140 pontos de venda, esclarecendo que alguns vendedores ocupam mais de um ponto de venda. Aquando da necessidade de redução da capacidade do mercado, salientou o critério adotado, para que cada vendedor pudesse, pelo menos, manter um posto de venda, independentemente da condição em que são titulares das bancas. Por sua vez, os lugares que restavam, foram atribuídos criteriosamente a quem tinha mais lugares que no final, foi quem ficou mais prejudicado com a supressão de lugares. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia, deu por encerrado o Ponto 2, e passou a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia para se dar início à discussão do **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da proposta do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento para o ano 2022;** -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Salientou, serem já 17 anos a trabalhar planos e orçamentos e pela primeira vez, esteve tentado a fazer o que por lei é permitido fazer, mas que na prática iria implicar muito trabalho ao longo do ano. Destacou o cenário de incerteza relativo aos valores concretos que tinha em sua posse, que eram fundamentais para a elaboração do Plano e Orçamento e que não nos permitiram apresentar um trabalho mais assertivo na reunião de Audiência Prévia com os membros dos partidos que não integram o Executivo. Este cenário, não só se veio a confirmar, como ainda se agravou com a queda do Governo da Nação e que nos vai obrigar a trabalhar a partir de 2022, até não se sabe quando, em duodécimos. Destacando que, até o valor que era previsto ter no aumento do FFF - Fundo de Financiamento das Freguesias, caiu com esta circunstância. O que se tem hoje de referência, é o que vem do ano transato, tal como acontece com a Câmara Municipal de Ílhavo. O único valor fechado, é o relativo à Delegação de Competências, por não ter havido, nem nova negociação, nem alteração de valores, sendo este também recebido por duodécimos, até que haja novo Orçamento do Estado. Perante a incerteza dos valores, assumiu que o que está plasmado no Orçamento é rigorosamente o mesmo do ano anterior, verificando-se algumas incertezas que, o podem limitar ainda mais. -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS AUTARQUICOS:** -----

**PAULO MIRANDA:** Reconhecendo as incertezas do plano e atendendo às contingências vividas, parabenizou o Executivo pelo excelente trabalho desenvolvido. -----

**NUNO CRAVO:** Deu nota do porquê da Bancada do UPF não se pronunciar na Audiência Prévia, atendendo às contingências que se vivem e que limitam o conhecimento dos valores. Reconhecendo ser um orçamento quase copie-past do apresentado no ano anterior, questionou sobre "o maior valor orçamentado", considerando que no ano anterior, o valor era de quatrocentos e setenta e cinco mil euros e este ano estamos nos quinhentos e um e oitocentos. Porém, no relatório de atividades, temos uma execução até novembro de 99,75%, estando a falar de um orçamento real de cerca de quinhentos e trinta e um mil euros, aproximadamente. Interpretou, que este diferencial de cerca de cinquenta mil euros, se prende com a inclusão do saldo de gerência, entretanto incorporado. Questiona se teremos para o ano de 2022, um orçamento muito próximo ao de 2021. Solicitou esclarecimentos sobre as transferências efetuadas para as Associações, sugerindo, uma adenda ao documento em que existisse uma discriminação com o que é entregue a cada uma das Associações. -----

**PAULO PINTO:** Questionou sobre a rubrica vencimentos – trinta e nove mil euros – procurando saber a quem se atribuem estes valores considerando que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, aufere vinte mil e quatrocentos euros, o Tesoureiro e o Secretário três mil euros cada um, existe uma diferença de doze mil e seiscentos euros que gostariam de saber a quem se destinam. Questionou se o Suplemento de Penosidade e Insalubridade, que vai ser aplicado a 1 de janeiro já faz parte do orçamento. Destacou ser um orçamento com muitas rubricas gordas, não obstante, a rubrica das obras apresenta um valor baixo, devendo-se privilegiar também a questão das obras, dando como exemplo a construção de passeios. Por último, sobre a rubrica condecorações, considera que deveria ser honrada a memória do Sr. António Ribau e a sua esposa Luísa Ribau, pois fizeram agora 100 anos da doação dos terrenos do cemitério, sugerindo a realização de obras no seu jazigo. -----



**CARLA TOMÁSIO:** Sobre a requalificação e obras no mercado, que são faladas quase todos os anos, questionou o que está previsto ser feito e o que vai ser requalificado. Sobre o ponto 7.1.4 – construções diversas, procurou saber quais são as obras previstas fazer nesta rubrica. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Reconhecendo que os valores são muito próximos, informou que a previsão do saldo de gerência a transitar para o próximo ano, estará entre os trinta e cinco e os quarenta mil euros. Relembrou que, todos os valores são de referência, que servem para o que servem, valem o que valem, sendo possível atribuir mais ou menos valor a uma ou outra conta, bastando ter a rubrica aberta. Deu como exemplo que poderá ter uma rubrica aberta apenas com um euro e depois ir adaptando ao longo do ano. Esclareceu que na rubrica do vencimento do Presidente da Junta de Freguesia, é apenas uma referência, podendo ter outro valor, porém, procura-se aproximar o mais possível da realidade vivenciada. -----

Esclareceu sobre o facto de a Junta de Freguesia, não ter legitimidade para recuperar os Jazigos, sendo a manutenção dos mesmos, uma responsabilidade dos seus detentores, não lhe parecendo muito coerente esta ação para prestar homenagem a estes cidadãos. Apresentou disponibilidade para pensar nesse assunto com outro tipo de reconhecimento ou homenagem. - Sobre as obras, reconhece que são muito curtas, porém, são o que se consegue no acordo de Cooperação Financeira, destacando que o valor apresentado seja apenas um valor de referência, podendo mais uma vez ser o valor simbólico de um euro. Apresentou o exemplo do orçamento previsto para Equipamentos de Proteção Individual. Um orçamento que estava previsto para os cinco mil euros e está atualmente na casa dos dez mil euros e no período áureo da pandemia investiram-se mais de trinta e cinco mil euros. Gerindo-se dinheiro de outras contas para suprir estas necessidades. Assim sendo, as obras que elencamos, são as que estão perspetivadas caso se concretize o Protocolo de Acordo de Cooperação Financeira com a Câmara Municipal. Mantendo-se a linha dos anos anteriores, nomeadamente, a construção de pequenos troços de passeios que tem vindo a ser feita, onde for permitido fazê-los, continuar a requalificação da repavimentação do cemitério através da cimentação dos talhões, que na sua esmagadora maioria estão muito degradados, dada a sua antiguidade. Referiu, que cada talhão custa em média cerca de dez mil euros. Destacou também a necessidade de investir em terrenos públicos da Câmara, no miolo urbano da Freguesia para reforçar pequenas bolsas de estacionamento, reforçou a necessidade de requalificar mobiliário urbano, investir no Eco Freguesias, na limpeza dos espaços, entre outros investimentos associados a manutenções. --- Sobre a requalificação do mercado, deu conhecimento da intenção de renovar a iluminação do mesmo, permitindo que deixe de haver cabos a atravessar os corredores. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**PAULO PINTO:** Reforçou a questão sobre os vencimentos do Presidente e do Vice-Presidente e Tesoureiro, procurando uma justificação para a diferença entre o valor dos vencimentos e o valor apresentado na rubrica, de doze mil e seiscentos euros. Reiterou a questão sobre se o orçamento tem ou não previsto o Suplemento de Penosidade e Insalubridade. Sobre os jazigos, reforçou que a sua intenção se prendia apenas com a recuperação do jazigo deste casal, que há 100 anos doou os terrenos onde temos atualmente a nossa Igreja e o Cemitério. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Esclareceu que o valor previsto no orçamento contempla não só o vencimento do Presidente da Junta de Freguesia, mas também as despesas de representação, os impostos legais entregues às instituições do Estado referentes ao vencimento do Presidente e as deduções necessárias. -

**TERCEIRA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**CARLA TOMÁSIO:** Procurou esclarecer se, na rubrica em discussão, só está plasmado o ordenado do Presidente da Junta de Freguesia, do Vice-Presidente e da Tesoureira, ou se está de mais alguém. -----

**TERCEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Esclareceu que os subsídios do Presidente da Junta de Freguesia, o vencimento mensal e as despesas de representação, são todos somados, vindo num bolo único do Orçamento do Estado não tendo nada a ver com os subsídios de férias, de alimentação e de Natal que estão

contemplados noutras rúbricas e que reportam aos valores dos funcionários e esses sim, são contemplados no quadro e provêm do FFF. -----

Sobre a questão do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, não é atribuído a todos os funcionários, sendo apenas atribuído aos coveiros, não estando orçamentado neste plano e orçamento. Como os Coveiros estão a recibo verde, não têm direito a esse subsídio. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação o Orçamento e o Plano Plurianual que foi apresentado, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete votos a favor do PSD e do CHEGA e 6 abstenções do PS e do UPF. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado o Ponto 3, e passou a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia, para se dar início à discussão do **Ponto 4 – Apreciação, discussão e votação do Quadro de Pessoal da Junta de Freguesia para o ano 2022;** -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Informou que o quadro de pessoal apresentado, é claro e tem as previsões para o próximo ano, esclarecendo que, dos 15 lugares previstos apenas 8 estão ocupados, destacando que este documento é trazido à Assembleia de Freguesia, apenas por questões legais. -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DOS MEMBROS AUTARQUICOS:** -----

**NUNO CRAVO:** Questionou quais as dificuldades no contacto com o IEF - Instituto de Emprego e Formação Profissional e a que se refere quando aborda a “falta de regras de algumas instituições”. -----

**PAULO PINTO:** Sobre o Quadro de Pessoal, referiu que os funcionários que abrem valas, que fazem os enterros no cemitério, abrem campas, andam com roçadora a limpar as bermas e jardins, são abrangidos por este diploma de penosidade e insalubridade. -----

**SEGUNDA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Sobre as dificuldades do IEF, deu conhecimento da utilização de que os contratos CEI e CEI+, utilizados durante muito tempo, colmatavam algumas brechas na contratação do pessoal e que neste momento praticamente não tem resposta. Saliu os incumprimentos praticados pelos contratados, e deu alguns exemplos, comparando a situação também, com o que acontece com os cidadãos que vêm da Reinserção Social, para cumprirem trabalho comunitário, que muito dificilmente cumprem as regras, as obrigações, os horários e outros pressupostos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, colocou a votação o Mapa do Quadro do Pessoal, que foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CHEGA e UPF e com a abstenção do PS. -----

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia, deu por encerrado o Ponto 4, passando a palavra ao Presidente de Junta de Freguesia para se dar início à discussão do **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos compromissos para o ano 2022;** -----

**PRIMEIRA INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA:** -----

Destacou ser mais uma circunstância que decorre da Lei. Relembrando a existência de contratos plurianuais, esclareceu que anualmente as Juntas de Freguesia têm de os trazer a Assembleia de Freguesia, na necessidade da autorização prévia para aqueles que transitam de um ano para o outro e que não atingem o valor de 99.759,58 euros, como são exemplo os contratos de água, luz, comunicações, fotocopiadora, entre outros. -----

Não tendo sido solicitadas intervenções por parte dos Membros das bancadas, o Presidente da Mesa da Assembleia, colocou á votação a Proposta de Autorização Prévia Genérica no âmbito de Lei dos Compromissos, para o ano de 2022, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Solicitou a aprovação das votações em minuta, por questões legais, havendo concordância por todos. -----

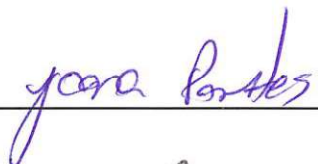
Encerrado o Ponto 5, usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, que verificando a existência de publico, passou a palavra ao mesmo, usando da palavra o cidadão Leopoldo Oliveira. -----

Apresentou a proposta para o publico poder usar da palavra no início da sessão. Considera que

não se justifica que o cidadão tenha de assistir a toda a Assembleia, para só no final apresentar as suas questões, quando as mesmas poderiam ser apresentadas no início da sessão, solicitando a colocação para aprovação do assunto. Apresentou a correção da convocatória que referia ainda, o Sr. Diamantino Lopes Caçoilo, anterior Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia. Em resposta á intervenção do publico, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, pediu para responder ao cidadão. Reconheceu o lapso, apresentado na Convocatória para a Assembleia de Freguesia com o nome do Sr. Diamantino Lopes Caçoilo, não deixando de referenciar tratar-se de um assunto que foi desvalorizado por todos os que leram a convocatória, dado não o terem sequer referenciado. Sobre a audição do público no fim da Assembleia, argumentou e defendeu, que quem vem para colocar questões numa Assembleia de Freguesia, é porque tem interesse na mesma e no que se lá passa. Daí considerar pertinente que o público, até por respeito aos eleitos, assista à Assembleia e depois coloque as suas questões. Esclareceu que depois do documento (regimento) ter sido aprovado na Assembleia, não pode o público, dado que a lei não lhe confere essa prerrogativa, solicitar alterações ou votações, mantendo-se a participação do público, conforme determina o regimento. Esclareceu ainda, que nenhuma questão apresentada pelo publico pode ser decidida em Assembleia, reforçando a informação, de que uma vez por mês o público poder reunir com o Executivo para colocar as suas questões sem ter de esperar pelas Assembleias e o seu término.-----

Terminados os trabalhos e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a sessão, pelas 00h.11m, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, pela 1.ª Secretária e pelo 2.º Secretário. -----

O Presidente da Mesa: 

A 1ª Secretária: 

A 2º Secretário: 